

O Setor de Saúde na Perspectiva Macroeconômica.

Marcos Paulo Novais Silva

José Cechin
Superintendente Executivo

APRESENTAÇÃO

Este trabalho analisa a pesquisa Contas Satélite de Saúde 2005-2007, divulgada pelo IBGE. O foco é detalhar o setor de saúde dentro das contas nacionais.

O IBGE publicou, em dezembro de 2009, a pesquisa **Contas Satélites de Saúde 2005-2007** em complemento ao estudo **Economia da Saúde: Uma Perspectiva Macroeconômica 2000-2005**, publicada em 2008. A conta Satélite de Saúde é uma extensão do sistema de contas nacionais que aprofunda e detalha o setor de saúde dentro dos seguintes agregados macroeconômicos: valor bruto de produção, valor adicionado, consumo, investimento, exportações, importações e número de empregos.

A pesquisa Contas Satélites de Saúde 2005-2007 acrescenta, à pesquisa anterior, os valores referentes a hospitais escola e militares e discrimina os gastos para compra de gases medicinais, sendo necessário fazer adaptações na série recente para ficar comparável com a antiga metodologia. Em 2005, a renda gerada pela saúde (R\$ 114 bi) representou 5,3% do PIB brasileiro pela nova metodologia, já pela metodologia antiga 5,1% (R\$ 110 bi). Já os gastos em Saúde representaram, em 2007, 8,4% do PIB.

O consumo de serviços médicos pago pelos planos de saúde foi, nesta pesquisa, considerado como um serviço pago pelas próprias famílias. Logo, somente foi contabilizado como gasto dos planos de saúde a prestação de serviços de administração dos planos. Em 2007, segundo a ANS, as despesas com a prestação de serviços (R\$ 9.936 milhões) representavam 19% do total de receitas do setor (R\$ R\$ 51.846 milhões).

Em resumo, os resultados apontam que: o setor de saúde é importante para a criação de valor adicionado, as famílias gastam mais com saúde do que o governo (57% do total

ante a 42% do Governo) e, além de ser um importante empregador, o setor de saúde paga um nível de salários superior à média dos setores brasileiros.

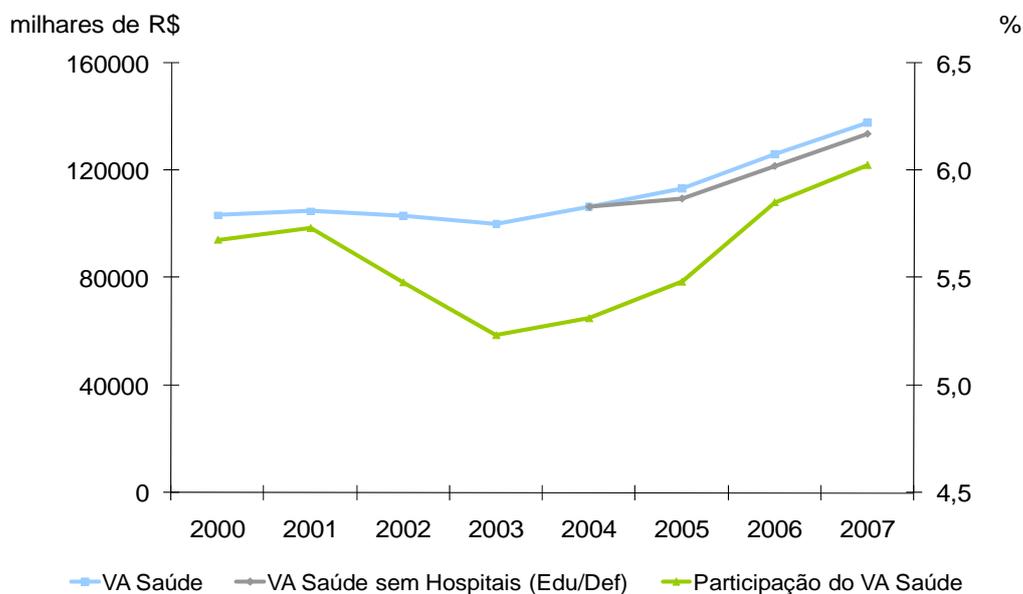
A próxima seção apresenta uma visão geral do setor de saúde dentro dos grandes agregados macroeconômicos. E a seção 3 explicita as conclusões deste texto.

1 CONTAS NACIONAIS E SAÚDE

O valor adicionado mensura o quanto cada atividade acrescenta de valor à economia. Operacionalmente, são as receitas provenientes da venda de produtos ou serviços diminuídos do montante de compras de insumos (ou consumo intermediário). A soma do valor adicionado e impostos sobre a produção determina o PIB do setor.

O Gráfico 1 mostra o montante do valor adicionado pela saúde e a participação no valor adicionado total da economia, no período 2000-2007. Em 2007, o valor adicionado pelos setores à economia brasileira foi aproximadamente R\$ 2.288 bilhões dos quais R\$ 138 bilhões (6,0%) representa a parcela do setor de saúde. O setor de saúde manteve uma participação média de 5,6%, no período 2000-2007.

Gráfico 1 – Valor Adicionado da Saúde



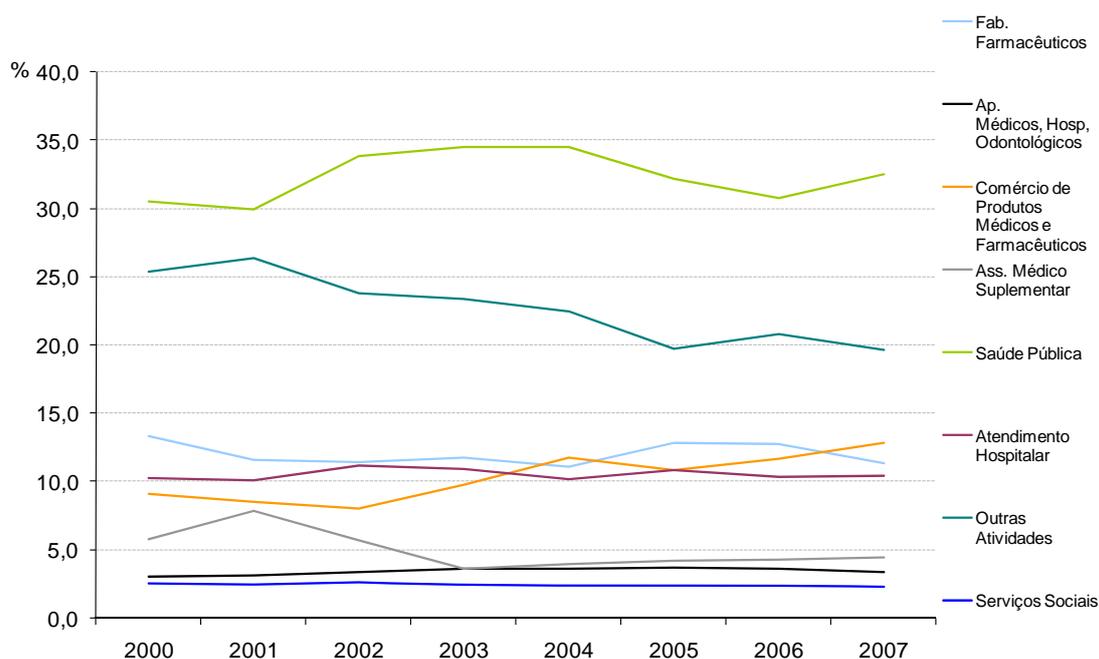
Fonte: IBGE.

Entre 2000 e 2007 a participação do setor de saúde aumentou 0,3 p.p. Houve queda em 2002 e 2003 e crescimento contínuo de 2004 em diante. Em 2007 as remunerações determinaram 65% do valor adicionado pelo setor de saúde. É possível que o aumento da participação do setor de saúde no valor adicionado, no período 2000-2007, tenha sido influenciado pelo aumento no número de postos de trabalho, de 3,2 milhões em 2000 para 4,2 milhões em 2007, a maioria no serviço público, como será mostrado mais adiante.

A incorporação dos hospitais universitários e militares no valor adicionado pela saúde, para os anos de 2005, 2006 e 2007, aumentou em 3% o total de valor adicionado pela saúde, deslocamento evidenciado no Gráfico 1.

A contribuição das diversas atividades que integram o setor de saúde para a formação do seu valor adicionado está mostrada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação das Atividades no Valor Adicionado da Saúde



Fonte: IBGE.

A saúde pública representava 30% do valor adicionado do setor de saúde, em 2000, e 32,5% em 2007. A segunda principal atividade foi “Outras atividades do setor de saúde” com 25% do valor adicionado em 2000 e 20% em 2007. “Fabricação de medicamentos”, “comércio de produtos médicos e farmacêuticos” e “atendimento

hospitalar” criam de 10% a 15% do total de valor adicionado pelo setor de saúde. E as demais representam menos de 5%.

Entre 2000 e 2007 a participação no número de postos de trabalho de atividades relacionadas à saúde aumentou de 4,0% do total para 4,4%. Em números absolutos foram criados 1 milhão de novos postos de trabalho, totalizando 4,2 milhões em 2007 (Tabela 2). Notar que uma pessoa pode ocupar mais de um posto de trabalho.

A atividade do setor de saúde que mais emprega é “saúde pública” com 32,5% do total (1.368 mil). Em 2000 a saúde pública empregou 1.082 mil trabalhadores (34% do total). As categorias “outras atividades relacionadas a saúde” e “comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos” concentram, respectivamente, 27% (1.133 mil) e 18,7% (786 mil). A atividade de “assistência médica suplementar” gera 77 mil empregos diretos, na área administrativa. Não foi mensurado nesta pesquisa o número de empregos indiretos na prestação de serviços de saúde gerados pelo sistema suplementar.

O rendimento médio anual do setor é R\$21.394 enquanto a média de todos os setores de atividade é de R\$11.612/ano, ou seja, as atividades relacionadas à saúde pagaram, em 2007, uma remuneração 84% maior do que a média brasileira. É importante ressaltar que as ocupações em saúde têm características diferentes da média nacional, como: maior nível de escolaridade, menor emprego de mão-de-obra informal e maior número de profissionais do setor público. Estas características explicam o maior nível de remunerações.

Tabela 2 – Total de Ocupações em 2007 (em mil)

Total (Brasil)	94.714
Total Saúde	4.205
Saúde Pública	1.368
Fab. Produtos Farmacêuticos	116
Fab. de Aparelhos Médicos, Hosp. e Odon.	78
Comércio de Prod. Farm. Méd. Ortopédicos e Odon.	786
Assistência Médica Suplementar	77
Ativ. De Atendimento Hospitalar	251
Outras atividades (Saúde)	1.133
Serviços Sociais Privados	397

Fonte: IBGE.

O consumo final mede as despesas efetuadas para compra de bens e serviços, nacionais ou importados. O valor adicionado mais impostos sobre a produção representa o PIB pela ótica da produção e a soma do consumo das famílias, do governo, investimento e

exportações menos importações o PIB pela ótica da demanda. O valor adicionado representa a origem de recursos e o consumo o destino dos mesmos.

Em 2000 o consumo final com saúde das famílias era de R\$ 103.452 milhões e em 2007 foi de R\$ 128.865 milhões, a preços constantes de 2007. Os dispêndios das famílias que mais se destacam são: a compra de medicamentos, serviços de atendimento hospitalar e planos de saúde (juntos representam 61% do gasto total em 2007). Importante observar que os gastos com medicamentos consumiram R\$ 44 bilhões em 2007 (Tabela 3), valor que representa 35% de todo o gasto das famílias em saúde.

O consumo do Governo aumentou 5,5%/ano em média no período 2000-2007 e se concentra em saúde pública (82%, em 2007). A taxa média de crescimento do consumo das famílias foi de 3%. A diferença entre a taxa de crescimento dos gastos do governo e das famílias resultou no leve aumento da participação do governo nos gastos em saúde (Gráfico 3). No entanto, nota-se que as famílias participam com a maior parcela do consumo em saúde (57%, em 2007).

Tabela 3 – O Consumo Final das Famílias e Governo

	Em milhões (R\$ de 2007)		
	2000	2005	2007
Famílias	103.452	116.001	128.865
Medicamentos	34.486	40.914	44.783
Serv. De Atendimento Hospitalar	17.395	22.467	22.344
Planos e Seguros de Saúde	12.111	9.701	11.686
Outros	39.461	42.920	50.052
Governo	65.232	74.827	93.383
Medicamentos	-	4.292	4.728
Serv. De Atendimento Hospitalar	10.251	9.947	10.815
Saúde Pública	49.476	63.527	76.471
Outros	5.505	1.368	1.369
Instituições sem fins lucrativos	1.878	2.004	2.292

Fonte: IBGE.

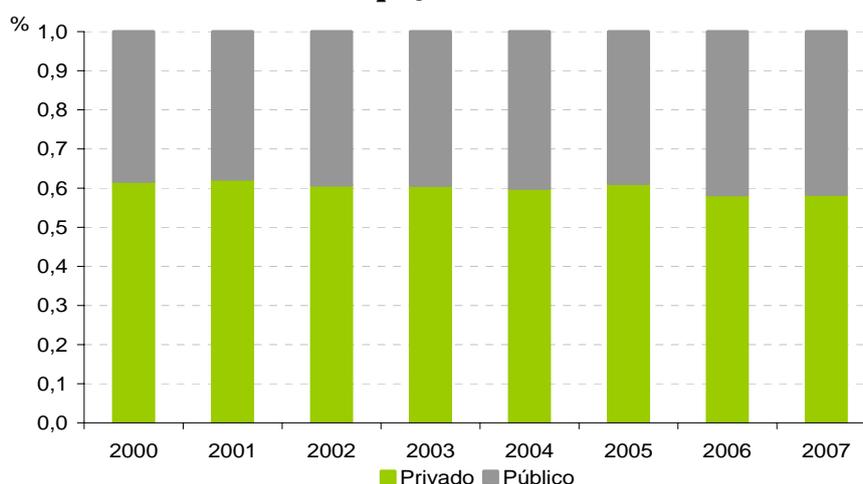
As operadoras de planos de saúde têm custos assistenciais e custos de administração dos planos. O IBGE considerou como gasto direto das famílias os desembolsos das operadoras com custos assistenciais. Logo o consumo das famílias de planos e seguros de saúde (R\$11.686 milhões em 2007) refere-se às despesas dos planos com a prestação de serviços de administração.

A razão entre as despesas de prestação de serviços de administração de planos e número de beneficiários fornece um indicador de eficiência das operadoras de saúde. Em 2000, 2005 e 2007 as despesas anuais com prestação de serviço por beneficiário em

reais de 2007 foram de R\$362, R\$234 e R\$ 244, respectivamente. Nota-se expressiva queda em 2005 e leve aumento em 2007. Este resultado ocorreu principalmente devido ao processo de consolidação do setor, às baixas taxas de reajuste nos planos, e a ganhos com economias de escala.

Ressalte-se que apesar do modelo de saúde pública brasileiro ser universal, os gastos privados em saúde (famílias e instituições sem fins lucrativos) somam R\$ 131 bilhões ou 58% do total, em 2007, e o setor público representa 42% (Gráfico 3). Em alguns países, cujo atendimento público também é universal, os gastos públicos em relação ao total de gastos em saúde são: Reino Unido (87,4%), França (79,7%), Itália (77,1%), Espanha (72,5%) e Canadá (70,4%)¹. No Brasil, que adota sistema público universal, o setor privado constitui a maior fonte de financiamento da saúde.

Gráfico 3 – Participação nos Gastos em Saúde



Fonte: IBGE.

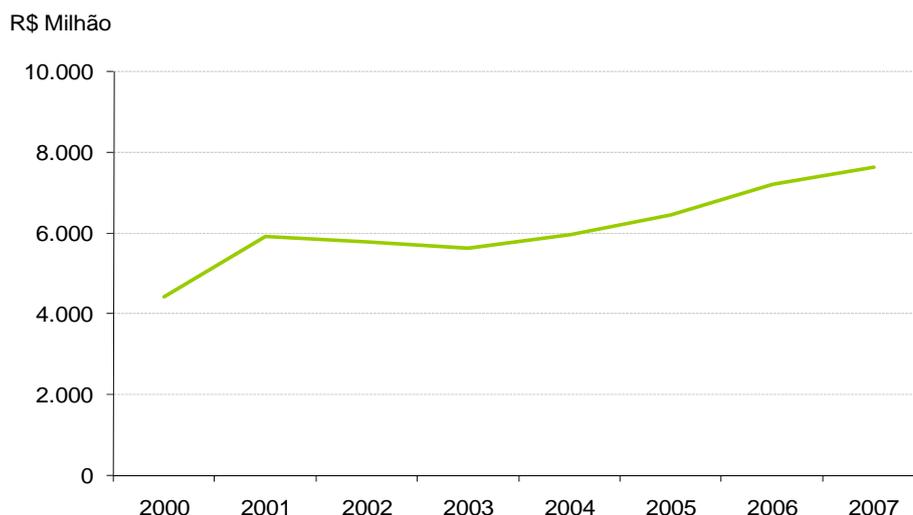
No que tange a investimentos (Gráfico 4), o setor de saúde apresenta taxa de crescimento média real de 8,7% ao ano, enquanto a taxa da economia brasileira foi de 4,2%. Entretanto, do investimento total da economia brasileira de R\$ 464 bi, em 2007, R\$ 7,6 bi foi do setor de saúde ou 1,6%. Este valor é menor do que a participação do setor no valor adicionado (5,8%) ou no número de postos de trabalho (4,4%).

A taxa de crescimento do investimento em saúde supera a da economia como um todo, mas seu nível ainda é baixo, em parte porque o IBGE considerou como investimento somente a compra de máquinas e equipamentos médicos usados na prestação de

¹ Dados da OMS para 2006.

serviços. Não foram contabilizados os investimentos em bens e serviços não típicos em saúde – como, por exemplo, construção civil.

Gráfico 4 – Investimento total no Setor de Saúde (a preços de 2007)



Fonte: IBGE.

As importações brasileiras em 2007 foram de R\$ 315 bi. A saúde contribuiu com R\$11,5 bi. As principais importações brasileiras em saúde foram medicamentos (R\$ 5,7 bi), aparelhos e instrumentos para uso médico, hospitalar e odontológico (R\$ 2,7 bi) e produtos farmoquímicos (R\$ 2 bi). As exportações do setor de saúde são insipientes - R\$ 2,2 bilhões, frente às exportações totais brasileiras de R\$ 356 bi. O principal produto exportado é medicamento (R\$ 817 milhões).

Em 2000 o setor de saúde importou R\$ 4,7 bi e exportou R\$ 0,7 bi, ou seja, um saldo líquido na balança comercial de R\$ 4 bi negativo. Esse setor teve um déficit crescente desde então, atingindo R\$ 9,3 bi em 2007. Esta diferença pode ter sido causada pela maior incorporação de tecnologia nos procedimentos médicos.

2 CONCLUSÕES

Este trabalho analisou os resultados da pesquisa “Conta-Satélite de Saúde Brasil 2005-2007”. Os resultados mostram que o setor tem expressiva capacidade de agregar valor à economia, sendo que do total de valor adicionado por todos os setores, o setor de

saúde participa com 6% em 2007. O déficit na balança comercial de R\$ 9,3 bilhões em 2007 resulta da necessidade de importar produtos médicos. Mas os volumes crescentes de importações já poderiam justificar um esforço para internalizar a produção ou aumentar o esforço exportador. Além destes, o setor possui considerável capacidade de geração de empregos, com saldo líquido de 1 milhão no período de 2000-2007, e salários 84% acima da média dos setores brasileiros.

O trabalho mostrou que dos gastos totais em saúde as famílias participam com 57%, fatia muito maior do que o governo (43%), apesar do modelo público e universal do atendimento.

Os resultados revelaram boas perspectivas para o setor de saúde, cujo crescimento deve superar o da economia como um todo. A tendência é de aumento na participação do setor no valor adicionado e no número de postos de trabalho e taxa de crescimento dos investimentos duas vezes maior que a média nacional.

REFERENCIAL

Conta Satélite de Saúde Brasil: 2005-2007. Série Contas Nacionais n°29. IBGE, 2009.

Economia da Saúde: Uma Perspectiva Macroeconômica 2000-2005. Estudos e Pesquisa Informação Econômica n°9. IBGE, 2008.

Estatísticas da Organização Mundial da Saúde. França, World Health Organization, 2009. Disponível em:
http://www.who.int/whosis/whostat/EN_WHS09_Full.pdf